

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



PRONTOS PARA A GUERRA?



A ERA DO CAOS



COLAPSO DO DÓLAR



O DIA DA RUÍNA

Pautas Aduaneiras, "América Primeiro"... Uma "Retirada Nacional" para Inglês Ver

Centrais

política

Montenegro caiu finalmente Mas as eleições nada prometem de bom

Pág. 2

Montenegrização e Social-Montenegrização

Pág. 3

luta de classes

VIDA JUSTA

Pág. 5

internacional

Para Trump, o inimigo a abater é a China

Pág. 8

Trump, Macron, Merz, von der Leyen decretam a Economia de Guerra

Pág. 10

UCRÂNIA

O acordo de pilhagem neocolonial de Washington

Pág. 12

editorial

Crise, pânico, eleições

Tempo de o movimento operário se reorganizar

Ninguém sabe em que vai dar a guerra aduaneira e todas as outras guerras que Trump alimenta ou prepara. Os "mercados", em constante sobe-e-desce, estão em pânico. Nas bocas do mundo, o medo da recessão, da depressão, da guerra.

Na revista teórica da alta finança, *The Economist*, sucedem-se as capas sobre o possível "colapso do dólar", a "era do caos", "o dia da ruína" (referência ao dia da "libertação" de Trump, quando leu a pauta dos direitos aduaneiros com que castigava a concorrência). A revista liberal alemã *Der Spiegel* pergunta (dubidando) se Merz e von der Leyen, de camuflado na capa, estarão prontos para a guerra.

Com a queda do governo Montenegro, que, como o peixe, morreu podre pela cabeça - busca agora a ressurreição - haverá novas eleições legislativas em 18 de Maio.

Como notou o próprio avencado, todos os partidos concorrentes estão, lamentavelmente, em processo de acelerada montenegrização: unânimes na sujeição à UE, na sujeição à NATO, na sujeição à guerra (ver páginas seguintes).

Também aqueles que se dizem defensores dos trabalhadores e da juventude se "social-montenegrizam" a olhos vistos: uns, com vírgulas, outros, deitando uma lágrima - mas unânimes na sujeição à UE, na sujeição à NATO, na sujeição à guerra.

Alguém pode contestar seriamente que o sistema mundial do imperialismo já só oferece ruína, miséria, guerra? A perspectiva de novos fascismos e guerras mundiais, a destruição de povos inteiros, como o palestino?

Que alternativa, então?

A tarefa que se põe aos trabalhadores conscientes e aos jovens deste país e do mundo pode parecer colossal. Os partidos que, durante décadas, eles criaram serem seus legítimos representantes passam-se,

uns atrás dos outros, para o lado da ordem capitalista e militarista e das respectivas instituições: UE, NATO...

Porém, o movimento dos trabalhadores não tem, nem nunca teve, outra saída a não ser reorganizar-se: voltar a tomar sobre si a tarefa de substituir o sistema podre da propriedade privada dos grandes meios de produção pela comunidade dos produtores livremente associados, a fraternidade internacional dos povos - o socialismo. Nunca foi maior a urgência!

Os trabalhadores resistem, têm de resistir. Nos últimos meses têm-se multiplicado as notícias de encerramentos de médias empresas, nomeadamente no Norte do país. Os trabalhadores resistem, com as suas organizações sindicais e comissões.

O governo Montenegro procurou agravar o quadro legal da exploração dos estafetas e de toda a imensa galáxia de trabalhadores precarizados, muitos deles imigrantes. Mas estafetas e trabalhadores precários começaram a auto-organizar-se, a promover acções e manifestações, como a grande manifestação de 11 de Janeiro em Lisboa ("não nos encostem à parede!") e as acções da Vida Justa nos bairros.

A luta de classes não é uma "escolha"; é um facto da vida. A classe capitalista está permanentemente ao ataque, sempre obrigada a aumentar os lucros, a comprimir salários e direitos. A classe trabalhadora defende-se. Quando abandonada, defende-se como pode.

No dia 25 de Abril, relembra que não esqueceu a sua revolução.

A 18 de Maio, os trabalhadores e os jovens votarão - os que votam-, com mais ou (predominantemente) menos convicção, nos partidos em que ainda vêem alguma barreira à ofensiva descabelada da reacção e do capital.

Não basta, porém.

Para podermos passar ao contra-ataque, é tempo de nos reorganizarmos.

Contacta a pPT para a.internacional.pt@gmail.com. Apoia financeiramente a luta por um partido dos trabalhadores, contribuindo para a conta (PT50) 0193 0000 1050 8893 1378 6.

política - eleições

Montenegro caiu finalmente

Mas as eleições nada prometem de bom

No passado número deste jornal, em Janeiro, pusemos em parangona a palavra de ordem “Montenegro, Rua!”.

Na altura, todos os partidos parlamentares estavam comprometidos com a continuação do governo Montenegro ou a ela resignados. Ninguém exigia o seu derrube.

Derrubá-lo era, porém, urgentemente necessário para os trabalhadores e jovens não se voltarem a ver “encostados à parede” (Benfornoso), poderem aspirar a um tecto seguro, poderem ir ao médico ou à urgência quando precisam, obterem melhores salários sem perder constantemente poder de compra, evitarem ser engolidos pela voragem da guerra; salvar, em suma, as conquistas de Abril, mesmo as mais elementares.

Dois meses depois, Montenegro foi, de facto, para a rua. Quem o pôs na rua não foi, directamente, o movimento de massas, apesar das numerosas greves e lutas havidas nestes meses. O governo apodreceu pela cabeça, na pessoa do primeiro ministro, o avançado-centro de casinos Luís Montenegro, Luso-Trump de aviário, que se enredou e tropeçou na teia de mentiras e aldrabices que são a sua essência.

Era um governo fraco, mas pôde tomar medidas fortes contra os trabalhadores e a juventude — graças ao pacto de não agressão unilateralmente subscrito pelo PS, que, revezando-se com o presidente da República e o Chega, se encarregaram de



que o governo não caísse e pudesse continuar a sua obra: a destruição metódica do SNS, a precarização total do trabalho, o despejo dos trabalhadores das cidades, entregues à especulação imobiliária (lei dos solos!), a super-exploração dos trabalhadores imigrantes, o empobrecimento geral da população em prol de um punhado de “investidores” nacionais e estrangeiros e o arrastamento subserviente para as guerras imperialistas de Trump e Musk.

Não resta a mais pequena dúvida de que, para os trabalhadores e a juventude, a queda do governo Montenegro foi um bem.

No entanto, a questão que todos põem é: e agora?

Em 18 de Maio, haverá novas eleições legislativas. No ponto de vista da esmagadora maioria da população, os trabalhadores, é bastante claro o que um governo que os servisse deveria fazer:

— **decretar um aumento geral de salários que compensasse a perda de compra real dos últimos 20 anos; repor integralmente a contratação colectiva, eliminando a caducidade dos contratos; eliminar a precariedade, garantindo contratos de trabalho para todos;**

— **tirar o país da NATO e da marcha para a guerra para onde nos pretendem arrastar a UE e a NATO às ordens de Trump/Musk;**

— **municipalizar os solos urbanos, confiscar o alojamento devoluto que é propriedade de especuladores nacionais e estrangeiros e alojar todas as famílias trabalhadoras e os jovens hoje privados de um tecto digno;**

— **afectar ao serviço nacional de saúde as verbas necessárias para ele poder funcionar em pleno, com o pessoal médico e de saúde necessário;**

— **acabar com o pagamento aos bancos internacionais da dívida “pública” e aplicar um grande plano de investimento na saúde, ensino, habitação e transportes públicos, que responda às necessidades das populações.**

Porém, para termos um governo dos e para os trabalhadores, é preciso que os partidos que reclamam representá-los rompam com os partidos burgueses, com a União Europeia, com a NATO. Sem isso, estas medidas fundamentais são inaplicáveis, pois não são compatíveis com o mandamento único escrita na tábua da lei da UE, a “concorrência livre e sem entraves” entre oligarcas e multimilionários.

As direcções do Partido Socialista, do PCP e do BE têm preferido, lamentavelmente, governar às ordens do presidente e de Bruxelas ou, quando na oposição, conformar-se com elas.

Durante a “geringonça”, aplicaram as mesmas políticas de austeridade ao serviço do grande capital nacional e internacional. Depois opuseram-se sempre a trabalhar para unificar as numerosas lutas e resistências dos trabalhadores e jovens e a encaminhá-las para a greve geral contra o governo do capital.

Por isso criámos a plataforma por um Partido dos Trabalhadores. Apelamos à juventude e aos trabalhadores: à destruição e à guerra que o decadente capitalismo imperialista nos quer impor oponhamos, juntos e organizados, o caminho da paz, do socialismo e da fraternidade internacional dos trabalhadores.

É tempo de construirmos o partido e a Internacional que nos ajudem a consegui-lo.

política - eleições



Montenegrização e Social-Montenegrização

Atrás do sorriso auto-satisfeito do avençado-centro Luís “deixem o Luís continuar a trabalhar descansado para os Violas e Barros Rodrigues do país” Montenegro, a AD procura um mandato eleitoral que ilibe o Luís e force o PS ou o Chega à coligação sob a sua asa.

Que escolhas restam aos trabalhadores e aos jovens deste país, que, directa ou indirectamente, trabalham por salários em geral de miséria para os ditos Violas e Barros e Azevedos e Amorins e Queirós Pereiras e Melos e Soares dos Santos e Espíritos Santos e multinacionais sortidas, que são os proprietários deste país?

O (des)avençado Luís quer, é claro, continuar a trabalhar para os seus patronos capitalistas sob a alta orientação da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu. Mas Luís declarou também notar com satisfação uma crescente “montenegrização” da política portuguesa. Os programas de todos os partidos eram cada vez mais iguais aos dele.

Montenegro tem, infelizmente, razão. Como diz o colunista liberal de direita J. M. Tavares no *Público* de 15 de Abril, o mérito da conversão geral à política das “contas certas”, ou seja, à austeridade permanente e sem alter-

nativa, “*deve ser atribuído, pelo lado do PS, à dupla Costini & Centini (...) [que] nunca tiveram a hombridade de as-*

(...) o mérito da conversão geral à política das “contas certas”, ou seja, à austeridade permanente e sem alternativa, (...) pertence também ao BE e PCP que coadjuvaram a direcção do PS nessa vasta aldrabice

sumir que estavam a continuar o corajoso trabalho de Passos Coelho, passando anos a dissimular, a aldrabar e a proclamar que estavam a fazer o seu exacto contrário”. Convém acrescentar que algum mérito pertence também ao BE e PCP, que coadjuvaram a direcção do PS nessa vasta aldrabice - pagando um duro preço, inclusive eleitoral.

E nada parecem ter aprendido

Segundo a brochura eleitoral do Bloco de Esquerda, “*Mudar de Vida é com o Voto no Bloco*”. Surpreendente. Nada do que os trabalhadores e jovens deste país conseguiram nestes últimos cinquenta anos resultou do voto, no Bloco ou em quem quer que fosse. Se “Mudar de Vida” significa conseguir

conquistas e a emancipação do trabalho da exploração capitalista, então só a acção unida dos trabalhadores, na greve, na greve geral, nos órgãos que eles próprios comecem a criar para dirigir o país mudará a vida. A revolução de 1974/75 foi disso a demonstração e não foi há tanto tempo. Já “do voto” tem resultado essencialmente a destruição paulatina, organizada e sistemática das conquistas, do poder de compra, do SNS, do ensino público, do direito à habitação, dos direitos laborais, organizada pelos partidos do regime.

Não quer dizer que um partido que faça referência aos trabalhadores e jovens não vá a eleições no quadro do regime actual, é claro. Mas se é para dizer que é do voto que virá a mudança, está a enganar os trabalhadores, não a ajudá-los.

A montenegrização vai muito, muito longe.

A brochura do BE diz que “*o voto no Bloco baixa as rendas, taxa os ricos e respeita quem faz turnos*”. Claro que não faz nada disso. E não só por o BE ter presumivelmente uma votação baixa. Não faz por uma razão muito simples. Todas essas respeitáveis reivindicações, que obviamente são de apoiar,

Continua na página seguinte

política - eleições

Montenegrização e Social-Montenegrização

Continuação da página anterior
teriam consequências imediatas: afugentar os “investidores”, violar as leis da “concorrência livre e sem entraves”, que são a base dos Tratados da União Europeia, as regras da dívida e do défice da União Europeia e por aí fora.

Portanto, ao apresentar tais exigências, limitadas, mas justas, é preciso dizer o que se vai fazer ao apertar-se o espartilho dos tratados e instituições da UE, NATO, etc., que asfixia o “país” e

[Rui] Tavares é abertamente paladino da construção, via União Europeia, de um imperialismo europeu capaz de competir com os outros na rapina do mundo, investindo na corrida aos armamentos

que transforma os governos nacionais em governos de paróquia, sem margem de actuação a não ser obedecer a Bruxelas.

Ora, neste aspecto, foi ilustrativo o debate televisivo entre Mariana Mortágua e o chefe do Livre, Rui Tavares. Tavares não teve problema nenhum em dizer que, face aos “projectos imperiais de Putin, Trump ou Xi Jin-ping”, é preciso a “unidade europeia”, reforçar a União Europeia, defender a NATO. Tavares é abertamente paladino da construção, via UE, de um imperialismo europeu capaz de competir com os outros na rapina do mundo, investindo na corrida aos armamentos, fazendo a Comunidade Europeia de Defesa, fomentando a guerra na Ucrânia até ao último ucraniano (“temos de nos preparar para a ameaça de Putin, venha ou não venha”).

E o Bloco?

Mortágua diz que “o Bloco é europeísta de esquerda”. Que faz muitas

O Livre é por mais obuses, o BE, pelos que já há (o que não o impediu de votar sistematicamente no PE por muitos milhares de milhões novos para a guerra)

críticas à Comissão Europeia, mas “a UE enquanto projecto de paz, de co-

operação, é um bom projecto”. A coordenadora insistiu que o que diferencia o Bloco (“temos convergências na maior parte”) do abertamente imperialista Livre “não é a cooperação militar a nível europeu, (...) Portugal tem de fazer a sua parte (...), o que nos diferencia do Livre é a ideia de se devemos ou não devemos gastar mais em armamento (...) porque a Europa já investe o suficiente em defesa”. O Livre é por mais obuses, o BE, pelos que já há (o que não o impediu de votar sistematicamente no Parlamento Europeu por muitos milhares de milhões novos para a guerra).

A coordenadora do Bloco insistiu também que o partido “nunca propôs a saída do euro” e muito menos da UE. Mais: “eu chorei uma lágrima pela União Europeia quando vi o BCE e a Comissão Europeia esmagarem a Grécia e a democracia na Grécia”. Isto a propósito de Fernando Rosas ter alguma vez dito que não choraria uma lágrima pelo fim da UE, como lhe lembrou Tavares, de severíssimo semblante.



Só que, ao “esmagar a Grécia”, a UE fez estritamente aquilo para que existe. Quando foi a vez de “esmagar Portugal”, também esmagou. Belgrado, bombardeou-a. Na UE, tudo gira à volta da protecção da “concorrência livre e sem entraves”, da defesa da propriedade privada dos meios de produção pelos grandes grupos capitalistas, do poder monetário discricionário do BCE, das regras férreas que estrangulam os governos nacionais. É isso a UE, para isso foi criada, para isso existe.

Declarando-se “UEísta de esquerda”, o BE sujeita-se aos tratados da UE. Na geringonça, quando os interesses dos trabalhadores e da juventude entraram em choque com as exigências

da UE, escolheu o lado da UE.

O Bloco oferece aos trabalhadores esta alternativa poderosa: quando a UE esmaga a Grécia, os outros aplaudem; nós, choramos! O voto no BE é, assim, o voto na lágrima. Não é o voto na luta.

Nas vésperas da Iª Guerra Mundial, os dirigentes da social-democracia europeia tinham prometido declarar a greve geral se os seus países fossem para a guerra. Traíram radicalmente essa promessa, juntando-se às respectivas burguesias imperialistas. Esses dirigentes escolheram a infâmia de passarem de socialistas a social-imperialistas e social-chauvinistas.

Hoje, assistimos ao vivo à montenegrização do PS e do Livre e à social-montenegrização do BE e do PCP. Cu-

O vocabulário do Bloco não conhece classes com interesses contraditórios, não conhece a diferença entre os Violas e os operários dos Violas; só conhece “Portugal”, só conhece a “Europa”.

riosa, a exclamação de Paulo Raimundo no seu debate com Mortágua: “Para que serve um Estado se não for para acorrer às necessidades do seu povo?!”. Este Estado serve para acorrer às necessidades dos Violas e Azevedos e Mellos, não do “seu povo”. Paulo Raimundo tem obrigação de sabê-lo.

Para o Bloco e PCP, não há “ideias” para a classe burguesa e ideias para a classe trabalhadora; há ideias certas e erradas, políticos irresponsáveis e responsáveis. Quando Montenegro faz uma lei que favorece descaradamente os ricos, Mortágua chama-lhe uma “ideia errada”. Ora não é. É uma ideia certa para aumentar os lucros, diminuir os salários e direitos, atacar a classe trabalhadora.

O vocabulário do Bloco não conhece classes com interesses contraditórios, não conhece a diferença entre os Violas e os operários dos Violas; só conhece “Portugal”, só conhece a “Europa”.

Social-montenegrizou-se.

Luta de classes

VIDA JUSTA

Por Onésio Caetano Soda ("UNKAFF")

"Não queremos que o nosso povo seja mais explorado. Nunca mais queremos ver um grupo ou uma classe de pessoas explorar ou dominar o trabalho do nosso povo. Esta é a nossa base ideológica."

Amílcar Cabral ("Abel Djassi")

O discurso vigente e quente sobre a classe trabalhadora migrante, no caso da direita, é que ela é sinónimo de criminalidade. Criminalidade e segurança, boa estratégia para subir nas sondagens.

Noutra posição está o movimento Vida Justa, plataforma que dá voz aos bairros através das redes digitais, actividades (marchas, convívios) com os moradores e migrantes que escolhem Portugal como segunda Pátria, gritando sempre "Estamos Juntos, Estamos Fortes."

É um movimento que conta com migrantes de diferentes países. Ser de esquerda ou não é, no fundo, considerar que há bens na humanidade que são inevitavelmente colectivos, por exemplo que a história da humanidade é para toda a gente. O contacto directo, a ideologia e a participação de militantes e simpatizantes dos partidos da esquerda portuguesa contribuíram para aumentar e diversificar o leque de opções para a luta.

Os artistas surgem na Vida Justa ao serviço da libertação dos necessitados. Há livros de história que não proporcionam saberes pertinentes à totalidade da humanidade; então, parece óbvio dar o ensejo e a oportunidade de estudar e conhecer a verdadeira história.

O governo não investe para o aluno filho de imigrantes se sentir incluído no sistema das escolas públicas. Ele acaba muitas vezes por se sentir um forasteiro ou naquilo que pintam por criminalidade, que dizem que está a aumentar - mas uma recente reportagem da SIC demonstrava que, na última década, a criminalidade violenta e os furtos diminuíram em Portugal.

A situação de saúde não é só questão dos migrantes, todo o mundo tem direito à vida e à saúde. A habitação é um dos grandes problemas sociais das grandes cidades e faz parte da ordem do dia de Vida Justa. A partir de 2024, começaram a ser evidentes sinais de uma tendência autónoma de manifestação pela justiça, pelo não aos despejos, pela cooperação dos bairros. Há também uma viragem da comunidade afrodescendente em Portugal no sentido da defesa dos seus interesses e das outras comunidades, por exemplo a cigana. Esta viragem é influenciada por factores internos – pelas violências policiais e pelo crescimento da extrema-direita a nível mundial.

Pode-se ver nas redes sociais da Vida Justa: há em Portugal pessoas que trabalham e não conseguem pagar uma renda. É comum encontrar casas no mercado para arrendar a 800€ ou 1000€. E não estamos a falar do sector de luxo, mas de qualquer T1 ou T2 na periferia da área metropolitana de Lisboa ou Porto. A Vida Justa já impediu despejos e demolições. Contestamos a violência policial e o racismo estrutural.

A classe trabalhadora é a que trabalha e produz toda a riqueza do mundo. Se andamos numa rua, é por que existe quem limpa a rua. Tudo o que existe no mundo é produzido por uma classe, a classe trabalhadora, mas essa classe não fica com nada. Ela recebe uma fracção da venda do que produziu.

O sistema está desenhado para marginalizar a maior parte, onde se incluem os migrantes. O caminho seguido pela Vida Justa é o da intervenção anticapitalista, uma ideia produzida a partir da revolução francesa. Os da extrema-direita são os que comiam com o rei, ao contrário estavam os da extrema-esquerda, a maioria. Mas isso não basta. Que significado tem a Revolução Francesa para os africanos, asiáticos e latino-americanos, os imigrantes que são apedrejados to-



dos os dias na comunicação social e vivem um colonialismo brutal?

Vemos que esta classe de migrante trabalhador vai ser cada vez mais massacrada. Prova disso são os discursos dos Governos, que justificam as cortes orçamentais de que precisam para ter uma "segurança mais forte" e outras medidas, porque "Putin nos vem matar a todos" - quando é a União Europeia quem mais tem alimentado a guerra na Ucrânia.

A União Europeia está a levar adiante estas medidas simplesmente para fomentar o medo. Para aumentar impostos e impor ferramentas de controlo, é preciso fomentar o medo, pois com medo as pessoas não só aceitam tudo como, por vezes, até imploram por regras e restrições, como se viu na chamada pandemia. Um povo com medo é submisso e nunca vai questionar as medidas do governo.

A sombra de uma terceira guerra paira no ar. Não admira que seja a União Europeia a fomentar o medo, agora com o "comprem o vosso kit de sobrevivência, que isto pode rebentar a qualquer momento". Em vez de pedir a paz ou promover negociações. Não há dúvidas de que, com Donald Trump, o mundo é cada mais perigoso, e a desconfiança maior.

Quem mais vai sofrer com isso é, sem dúvidas nenhuma, a classe imigrante trabalhadora. Como diz o ditado "na luta de dois elefantes, quem mais sofre são as ervas que estão por baixo". Estas "ervas" que, se fazem horas extra ou têm um segundo emprego ao fim de semana, irão pagar uma taxa de IRS sobre esse rendimento extra que será o dobro ou mais do dobro da taxa efectiva sobre o seu rendimento base. Não é rendimento extra por causa de salário maior: é rendimento extra de alguém que abdica do seu descanso, do tempo livre, para ganhar mais para poder comprar casa ou para poder ajudar a família. Pior: em muitos casos, as pessoas nem sequer fazem estas horas extra porque querem. O seu serviço nem funcionaria se não as fizessem, com o seu sacrifício pessoal. Serviços essenciais do Estado não funcionariam, urgências não abririam, ambulâncias nunca chegariam. Não há justiça social ou económica que justifique esta condição fiscal para quem ganha mais porque trabalha mais horas, para quem garante, com sacrifício pessoal, que o país continue a funcionar para senhores como os deputados. Isto não é uma questão de liberalismo, não é uma questão de socialismo, não é uma questão de conservadorismo, é uma questão de humanismo.

A Vida Justa reivindica mais comboios, mais metro, mais autocarros. Querem tornar as nossas deslocações diárias mais rápidas e confortáveis? Esta é a resposta. Simples. Graças à organização das pessoas com a Vida Justa, já conseguimos fazer com que se instalassem novas paragens em lugares onde era necessário, mostrando que lutar por melhorias de bairros e cidades é possível.

Vida Justa grita e continua a gritar: **todas as pessoas merecem viver com dignidade. Ninguém deve ser isolado da sociedade por causa do seu tom de pele ou nacionalidade.** Aqui lutamos para que as pessoas migrantes e de todas as etnias sejam respeitadas e vistas como iguais. **Sem medo da violência policial, sem medo de não poderem trabalhar, sem medo de serem deportadas.**

Pautas Aduaneiras, “América Primeiro”... Uma “Retirada Nacional” para Inglês Ver

Podem-se definir os anúncios de Trump de aumentos drásticos dos direitos aduaneiros sobre as mercadorias importadas como uma retirada da classe capitalista dos Estados Unidos — a mais poderosa do mundo — para as suas fronteiras nacionais?

(Excertos de relatório apresentado em 15 de Março à direcção da secção francesa da IVª Internacional (a Tendência Comunista Internacionalista do Partido dos Trabalhadores francês))

Na aparência, a marca de Trump é a declaração de nacionalismo económico. “America First” seria, assim, tentar fazer com que a economia mais poderosa do mundo leve a melhor sobre todas as outras fechando-se sobre si mesma dentro das suas fronteiras nacionais.

É impossível ignorar que as primeiras medidas de Trump esbarram com uma quantidade de obstáculos e contradições que explicam os ziguezagues sem fim da sua política desde a sua entronização.

Veja-se o caso das pautas aduaneiras: Trump aumenta os direitos, depois adia a aplicação por um mês, depois redu-los a 25% para logo voltar a aumentá-los em 10%. Já contra o Canadá, já contra a China, já contra a Europa. Vale a pena referir, de passagem, que a primeira multinacional a apresentar um protesto oficial contra o aumento dos direitos aduaneiros foi a Tesla, propriedade de Elon Musk.

Ou veja-se o anúncio de uma possível recessão económica nos próprios Estados Unidos, como consequência do colapso do nível de vida de vastos sectores da classe trabalhadora e das “classes médias”, atingidos pela subida dos preços no consumidor e por cortes maciços no emprego, tanto no sector público como no privado.

Veja-se, ainda, a queda das cotações das acções em *Wall Street* - quando Trump prometia uma “idade de ouro” aos capitalistas e especuladores.

Todos estes ziguezagues, estas contradições, não são reflexo dos “desvarios” de Trump, mas sim das leis do capital ao chegar à fase em que o capitalismo - metamorfoseado em imperialismo - entrou na sua fase senil. Uma fase marcada por comportamentos aparentemente incoerentes, mas que, na verdade, reflectem a impotência da classe capitalista para sair do beco sem saída em que se encontra, a não ser por meios que ameaçam a sobrevivência da raça humana.

“Nacionalismo económico” de Trump? Qual quê!

O “nacionalismo económico” de Trump é, à vista do simples desenvolvimento do capitalismo, completamente desprovido de sentido. Historicamente, à aurora do capitalismo e na era do capitalismo ascendente, a constituição das nações teve carácter progressista, tanto ao constituir o quadro nacional para o desenvolvimento das forças produtivas como no ponto de vista democrático. Só que o desenvolvimento económico ultrapassou muito rapidamente o quadro das nações. N’O *Capital*, Marx refere que a constituição do mercado mundial se sobrepõe à constituição dos mercados nacionais, apesar de, no tempo em que ele escrevia, os mercados nacionais ainda não estarem plenamente constituídos.

A tendência deste desenvolvimento manifestou-se na deslocação do centro de gravidade dos mercados internos para os mercados externos, para o mercado mundial, na segunda metade do século XIX e, com mais força ainda, no século XX. A conclusão da constituição do mercado mundial e a sua partilha entre as principais nações capitalistas avançadas assinalam a transição para a fase imperialista, a do declínio do capitalismo.

A lei da produtividade do trabalho

Os marxistas medem a evolução das sociedades e dos modos de produção pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Este desenvolvimento reflecte uma lei que preside a todo o desenvolvimento da história humana, uma lei a que Trotsky chama “lei da produtividade do trabalho” (*Nacionalismo e Vida Económica*, Novembro de 1933). Escreve: “O desaparecimento das formações sociais obsoletas não é mais do que a manifestação desta lei, desta lei cruel que determinou a vitória da escravatura sobre o canibalismo, da servidão sobre a escravatura e do trabalho assalari-



ado sobre a servidão.”

O sistema económico assente na livre concorrência na era do capitalismo em ascensão deparou-se muito rapidamente com a concentração em trusts, monopólios e multinacionais. A lei da produtividade do trabalho tendeu, pois, a esbarrar nos limites que ela própria impôs à existência das nações.

Actualmente, os GAFAM, as empresas de alta tecnologia, dominam a economia mundial. Mas o que é a inteligência artificial (IA)? Não passa de mais um degrau, superior, no desenvolvimento da lei da produtividade do trabalho. Ora, o aparecimento da IA e o seu alargamento a todos os ramos da indústria e a todos os continentes cavam o fosso entre a tendência para o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a tendência, inversa, para a contracção dos mercados resultante da contracção da capacidade de consumo da classe trabalhadora.

A única forma de ultrapassar a contradição entre a tendência para o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, reforçada pelos novos passos dados pela lei da produtividade do trabalho, e a contracção dos mercados e do poder de consumo das massas, é aquilo a que Trotsky chama “a adaptação da estrutura social às possibilidades abertas pelas novas tecnologias”.

O desenvolvimento das novas tecnologias coloca na ordem do dia a necessidade do socialismo

É verdade que as novas tecnologias a-

brem possibilidades imensas. Só que é preciso que a “estrutura social” se adapte a elas. Por outras palavras, quanto mais se desenvolvem as novas tecnologias que aumentam a produtividade do trabalho, mais passa à ordem do dia o derrube do sistema capitalista assente na propriedade privada, chegado à sua fase de apodrecimento. Tanto mais passa, portanto, à ordem do dia o socialismo à escala planetária. A inteligência artificial realça a urgência de um modo de produção assente na satisfação das necessidades da humanidade, livre da pilha que Trotsky chama “a luta humilhante pela miserável ração diária de pão”.

É aqui que Trump se debate com as suas próprias contradições: “America First” é uma retirada para as fronteiras nacionais, mas uma retirada para inglês ver. Actualmente, no tempo da globalização generalizada das relações sociais de produção, a retirada para as fronteiras nacionais é necessariamente para inglês ver. Até certo ponto, é uma retirada para proteger os interesses do capital americano; na realidade, porém, tem de vir imediatamente acompanhada pela pilha mais descarada dos recursos do mundo inteiro.

No mesmo texto de 1933, Trotsky escreveu um passo profético: “Mais cedo ou mais tarde, o capitalismo americano terá de abrir para si o nosso planeta inteiro, de norte a sul, de leste a oeste. Por que métodos? Por todos. Um coeficiente de produtividade elevado implica também um coeficiente elevado de forças destrutivas”. Chegado a certo ponto, o capitalismo americano, que beneficiou sempre de um mer-

cado interno vasto - factor de desenvolvimento das forças produtivas que nenhum outro país capitalista conseguiu ter a escala comparável -, vê-se confrontado com a necessidade de “abrir” para si o planeta inteiro. E, para isso, recorrer à transformação das forças produtivas em forças destrutivas.

A ameaça de anexar o Canadá é a sério? A ameaça de anexar o Canal do Panamá? A pontaria à Gronelândia? Sim, são a sério. Não quer dizer que aconteçam. Mas se Trump vir a oportunidade, fá-lo-á, se for preciso, por meios militares. Ele precisa de demonstrar, pela pilhagem, que é capaz de enriquecer a classe capitalista americana, seja embora por meios que configurem roubo, prevaricação e pilhagem puros e simples. Ele necessita destes resultados.

A ameaça de deportar a população palestina de Gaza é a sério? O plano de pôr a Ucrânia sob tutela colonial? Os preparativos de guerra americana contra a China? Sim, são a sério. A sobrevivência do capitalismo senil norte-americano exige a pilhagem imediata de países, reduzidos a enclaves escravos, a semi-colónias subordinadas ao imperialismo americano.

Só a acção organizada da classe dos produtores pela satisfação das suas reivindicações e aspirações, lançando as bases de uma sociedade que organize racionalmente a produção das riquezas materiais para responder às necessidades de todos, poderá evitar a marcha para a barbárie.



Da Idade de Ouro à 2ª Feira Negra

Na sua posse, Trump prometeu uma “idade de ouro” à classe capitalista dos Estados Unidos.

Para impor “America First” (Primeiro, a América), Trump anunciou a aplicação de pautas aduaneiras elevadas sobre praticamente todos os bens importados. Medida a afectar todos os países “próximos e distantes, aliados e inimigos”. Com particular brutalidade contra a China, cuja economia, assente na propriedade estatal, continua, para Washington, a ser o alvo a abater.

Porém, “antes da ‘idade de ouro’ (...) a conta vai sair cara”, ironizava o diário belga *Le Soir* (7 de Abril). Mal Trump anunciou as medidas, as bolsas caíram, o pânico tomou conta da classe capitalista.

A ameaça de uma recessão nos Estados Unidos anunciada por bancos de investimento como o Goldman Sachs provocou uma “segunda-feira negra” nas bolsas, que, no sistema capitalista, são “um termómetro que reproduz as ansiedades dos investidores, das empresas e dos bancos (...). Se as cotações se despenham, é sinal de que a economia mundial está prestes a passar um transe muito difícil”, segundo um economista (20 Minutes, 7 de Abril).

Mau transe para os lucros capitalistas... mas, como sempre, quem vai pagar são os trabalhadores, acrescenta o economista: “Mais desemprego, menos aumentos salariais, menos investimentos, orçamentos mais apertados”. Já para não falar da marcha para a guerra mundial, consequência de recorrer à economia das armas como mola artificial do sistema capitalista moribundo.

A Trump, de quem a classe capitalista exige resultados rápidos, resta a auto-sugestão: “Aguentem-se”, atirou, a 5 de Abril, “vamos ganhar”.

“Na cúpula”, entre a classe capitalista americana, fala-se de 2008, 1971, 1929... começa-se a duvidar seriamente da capacidade de Trump para garantir o nível de lucros que se esperava.

“Na base”, a América que sofre e luta começa a levantar a cabeça. Até alguns sectores que, enganados pela retórica demagógica e pela rejeição dos democratas, votaram em Trump em Novembro de 2024.

No âmago do reduto operário de Detroit (Michigan), à saída de uma reunião do sindicato *United Auto Workers* (UAW), um trabalhador entrevistado pela *France Info* (7 de Abril) queixava-se: “acabam de pôr em desemprego técnico (o grupo *Stellantis* - ndr) 900 trabalhadores, mas pode dar em despedimentos, e é a mesma coisa nos outros construtores, General Motors e Ford”. Conclui: “É uma desordem, não podíamos ter escolhido pior para governar o país”.

internacional

Para Trump, o inimigo a abater é a China

Não é possível lutar pela construção de uma sociedade assente na satisfação das necessidades da humanidade (e não no lucro de um punhado de capitalistas), o socialismo, portanto, sem defender a única força social capaz de o impor: a classe operária. Sem defender, por conseguinte, as organizações e as conquistas que são a fundação da classe operária. Como dizia Trotsky em 1939: *“Quem não é capaz de defender as velhas conquistas nunca conseguirá conquistar novas”*. É neste contexto que devemos tratar a questão da China. Porque está ela hoje no centro dos preparativos da guerra do imperialismo americano?

O paradoxo da revolução chinesa de 1949

O que é a China actual? É um regime político e social nascido de uma revolução proletária, a revolução que triunfou a 1 de Outubro de 1949, quando as tropas da *Kuomintang* (o partido nacionalista burguês chinês) foram obrigadas a abandonar a China continental e a refugiar-se em Taiwan.

Mas esta revolução teve um carácter particular: desde o início, o poder político foi confiscado pela chefia burocrática do Partido Comunista Chinês (ao contrário da Rússia, onde uma verdadeira revolução operária tinha triunfado, em Outubro de 1917, vindo a degenerar burocraticamente alguns anos mais tarde). Desde o início, a classe trabalhadora foi excluída da sua direcção política.

No entanto, foi, sim, uma revolução social. Em 1949, a China era um país feudal, entregue a senhores da guerra e à rapina das grandes potências imperialistas. A revolução social de 1949 permitiu à nação chinesa impor-se como nação soberana, pôr fim ao domínio dos senhores da guerra e das potências imperialistas. Começou, em 1949, um processo que levou à abolição da propriedade privada dos meios de produção na China. O Estado, nascido deste processo para defender as novas relações de propriedade, é indiscutivelmente um Estado operário, burocraticamente deformado, onde a classe operária foi desde logo expulsa do poder político pela burocracia. Nisto se resume o paradoxo da revolução chinesa de 1949.

A economia chinesa está a crescer mais rapidamente do que a economia americana

Hoje, a China é a segunda maior potência económica do mundo e, em muitas áreas, compete com a maior, os Estados Unidos. O facto afere-se por um número: em 1949, a China tinha 8 milhões de trabalhadores assalariados numa população de 540 milhões de habitantes, a maioria dos quais camponeses. Entre 1949 e 2019, os assalariados chineses passaram de 8 a 580 milhões. É a maior classe trabalhadora do mundo. Ora, para os marxistas, um critério essencial para medir a evolução das sociedades é a sua capacidade de desenvolver forças produtivas (a principal é a força de trabalho humana).

Esta classe trabalhadora não é apenas social e economicamente poderosa. O seu poder enquanto classe exprime-se a todos os níveis da sociedade. Se bem que a burocracia impeça os trabalhadores de formarem organizações independentes e que os sindicatos oficiais não sejam instrumentos da classe trabalhadora, todos os anos há milhares de greves na China, a que a burocracia chama *“incidentes de massas”* (greves, manifestações, tumultos): contaram-se mais de 1.500 no ano passado. Apesar de todos os obstáculos à sua organização, a classe operária existe e luta.

A revista americana *Fortune Global 500* classifica 500 empresas mundiais pelo volume de negócios. Em 2015, os Estados Unidos representavam 127 das 500, gerando por si sós 11% do produto interno bruto (PIB) mundial. Na mesma altura, a China contava 98, gerando 8% do PIB mundial. Em 2024, os Estados Unidos passaram de 127 para 141 empresas, que produzem ainda 11% do PIB mundial, e a China de 98 para 128, gerando 9% do PIB mundial.

A maior parte destas empresas chinesas, realça a *Fortune*, são detidas a mais de 50% pelo Estado. É a própria revista capitalista que afirma que a economia chinesa cresce mais rapidamente do que a dos Estados Unidos, continuando essa economia a ser largamente dominada por empresas que são propriedade do Estado e não do sector privado.

Quem dirige a economia chinesa?

Quem dirige então a economia chinesa? Um enorme aparelho burocrático, encabeçado pelo Partido Comunista Chinês e pelas suas 100.000 células de empresa, que controlam tudo, desde os gestores aos trabalhadores. Quem dirige a economia é o Partido Comunista Chinês, é ele que elabora o plano, garante o monopólio do comércio externo (ou seja, o que se vende ou não vende ao estrangeiro, o que se compra ou não compra no estrangeiro), controla a moeda, etc. Esta economia não corresponde aos critérios de uma economia capitalista assente na livre empresa, na livre concorrência e na conquista dos mercados. Também não corresponde ao socialismo, ou seja, à organização de um projecto baseado nas necessidades da população. Trata-se, portanto, de uma sociedade em transição, num equilíbrio instável, da velha sociedade feudal para uma situação que a pode fazer pender para um lado ou para o outro. A alternativa permanece em aberto, é o que determina a situação.

As escolhas feitas pela burocracia chinesa não são guiadas pelas regras da propriedade privada dos meios de produção. Começam por ser guiadas pelas necessidades da sua própria sobrevivência. Há vários anos que se orienta cada vez mais para a abertura ao mercado capitalista, favorecendo a entrada de multinacionais estrangeiras e a formação de uma classe capitalista embrionária, que é proprietária de meios de produção, mas (pelo menos por enquanto) dentro de limites fixados pelo partido e dele dependentes. Ao ponto que certos capitalistas caídos em desgraça são pura e simplesmente eliminados. A bu-

rocracia pode também - se se sentir em perigo - tomar medidas que tenham mais em consideração a pressão dos trabalhadores. Não porque seja a favor dos trabalhadores, mas porque, como todas as burocracias, teme a revolução.

A Comissão Europeia protesta contra o “planeamento estatal na China”

E é nisso que reside o problema do capitalismo, mormente do capitalismo americano. Para ele - mande Trump ou Biden - as únicas regras devem ser as do mercado: explorar os trabalhadores, produzir mercadorias, extrair mais-valia, realizá-la vendendo as mercadorias, e assim por diante. Ora, o governo chinês pode perfeitamente decidir vender com prejuízo, se considerar que isso serve os seus interesses. Já o tem feito. Pode decidir (e acaba de o fazer) relançar a produção chinesa, dando mais poder de compra aos trabalhadores ou concedendo subsídios à sua economia que quebram a concorrência. Os capitalistas americanos e a União Europeia queixam-se disso todos os dias. Em Abril de 2024, por exemplo, a Comissão Europeia denunciou o *“impacto do planeamento estatal na China”* num relatório de 700 páginas: as subvenções estatais chinesas às suas empresas são 3 a 9 vezes superiores às concedidas pelos países capitalistas. Do mesmo passo, porém, os dirigentes chineses multiplicam-se em anúncios, como o de Xi Jinping de 28 de Março, favoráveis à abertura ao capitalismo.

Nem o imperialismo nem a burocracia conseguiram - para já - subverter as relações sociais saídas da revolução de 1949. Na China, tal teria consequências cem vezes piores do que o que aconteceu na antiga União Soviética a partir de 1991. Mas a classe operária tão-pouco conseguiu reapropriar-se dos fundamentos de uma economia estatizada, pô-la ao seu serviço e reatar a sua marcha para o socialismo. A evolução destas contradições será, para usar a fórmula de Leon Trotsky para a URSS em 1936, resolvida no terreno da luta de classes, tanto na China como a nível internacional.

Os trabalhadores do mundo não podem ser neutros

A crise do capitalismo faz com que deixe de ser possível que os dois sistemas continuem a co-existir. Trump diz que vai resolver a questão, obrigando os chefes chineses a capitularem, impondo o regresso ao capitalismo, pela guerra, se necessário. Mas a classe trabalhadora pode resolver de outra maneira. Por isso entendemos que, em caso de conflito entre o imperialismo americano e a China, os trabalhadores do mundo não podem ficar neutros. Foi o que disse aos trabalhadores de França e do mundo o camarada chinês presente no encontro internacional de 21 de Março em Paris: *“uma guerra contra a China seria uma guerra pelos mercados, uma guerra de classes. Em caso de agressão militar dos Estados Unidos, os trabalhadores de todo o mundo deverão estar ao lado da China, dos trabalhadores chineses, independentemente do regime do Partido Comunista Chinês!”*.

internacional

Trump, Macron, Merz, von der Leyen decretam a Economia de Guerra

Quem se guie pela generalidade dos meios de comunicação ocidentais, pensará que, ao suspender a ajuda militar americana, Trump desistiu de defender a liberdade da Ucrânia - e que restam os “europeus” para o fazer.

Quem acredite na história da carochinha do “Ocidente defensor da liberdade e dos valores democráticos”, talvez se surpreenda com as últimas vicissitudes. Ora, não há nada de surpreendente. Trump é um capitalista, representante oficial dos capitalistas do seu país, que concluíram que é preferível eliminar o incómodo de uma guerra sem fim à vista, que custa muito dinheiro ao orçamento do Estado - dinheiro que, diga-se de passagem, vai inteirinho para os bolsos dos accionistas da indústria americana do armamento - e que, sobretudo, desvia o foco da China, que, como disse o novo ministro da defesa americano, Hegseth, é “a nossa única prioridade”.

A “única prioridade”

Para o grande capital americano, a guerra já serviu a função de enfraquecer significativamente a economia e o exército russo e relançar a produção americana de armamento. Agora é altura de passar a outra coisa.

Trump diz aos ucranianos, no fundo: “Nós investimos quase 130 [Trump, com a sua aversão maníaca a factos, disse 500] mil milhões de dólares em armar-vos. Agora é altura de recolher o fruto do investimento: vocês assinam o acordo que a gente gizou com Putin e desistem dos territórios perdidos” - mas, principalmente, “reconhecem o direito dos capitalistas americanos a rapinar sem limites os vossos recursos naturais” (Putin, por sua vez, prontificou-se amavelmente a deixar os americanos saquear os recursos minerais nas partes ocupadas pelo exército russo).

Recusa Zelensky capitular sem condições? Suspendendo a ajuda militar, Trump recorda ao oligarca-chefe da Ucrânia que esta guerra é uma guerra entre a NATO/EUA e a Rússia, em que à Ucrânia cabe o mero privilégio de ofertar a sua juventude em holocausto.

A quem proteste, invocando o respeito por anteriores acordos, Trump responde



que a única lei que conhece e respeita é a lei do lucro, que diz que um capital deve render mais do que o investimento que custou. A política de Trump não difere por aí além da do seu antecessor; mas, ao perguntar, praticamente com todas as letras, “quem disse que esta guerra era pela liberdade?”, Trump embrulha a sua mensagem numa linguagem menos hipócrita.

Chovem milhares de milhões para armas

Vinte e quatro horas passadas sobre o anúncio de Trump, a União Europeia, pela voz de Ursula von der Leyen, lança um plano de investimentos de 800 mil milhões na indústria de armamento, sob o arrepiante título de “rearmar a Europa” (para dar uma ordem de grandeza, são quase 15 milhões de anos de avença da *Solverde à Spinumviva* de Montenegro). Até agora, em nome da “redução do défice e da dívida pública”, os povos dos países da União Europeia têm sido obrigados a suportar cortes cada vez mais monstruosos na saúde, no ensino, na habitação, nas pensões, na segurança do emprego.

Mas, de repente, quando se trata de “rearmar”, já não há défice nem dívida que valham; é fartar, vilanagem!

O novo futuro chanceler alemão, Merz, fez toda a sua campanha eleitoral a prometer não desmontar o “travão constitucional do défice público” (mecanismo ainda mais restritivo do que a regra europeia do défice máximo de 3% do PIB). Agora, porém, anuncia que afinal é preciso desmontá-lo - a fim de criar um fundo de 500 mil milhões de euros para a “defesa”!

Para compor o arrepiante ramalhete, a revista liberal *Der Spiegel* defende em editorial que a Alemanha se tem de dotar de um “guarda-chuva” nuclear (1 de Março).

Chuva na eira, sol no nabal?

O curioso, no meio disto tudo, é que precisamente “quem se guie pela generalidade dos meios de comunicação ocidentais”, a única coisa que leu e ouviu, desde o início da guerra, foi que: as sanções dobrariam rapidamente a Rússia; a sua economia estava em colapso; as suas baixas eram astronómicas e insustentáveis: centenas de milhares de soldados mortos, quase todos os tanques destruídos; o seu equipamento, tecnicamente anacrónico, só podia continuar a ser produzido extraindo chips “ocidentais” de máquinas de lavar roupa.

Há uma aparente contradição (salvo para os comentadores) entre este “cenário de desgraça” e o “cenário de ameaça” que propagam ao mesmo tempo: que, se a Rússia não for derrotada, vem aí Europa fora conquistar tudo o que mexe...

Independentemente das fantasias da propaganda, há coisas que se podem dizer sobre a Rússia: os oligarcas russos não têm qualquer possibilidade de competir com o grande capital ocidental pelo mundo fora (e sabem-no). Pretendem, no essencial, poder continuar a saquear o seu país sem demasiada interferência. Não por acaso, a maior parte dos haveres dos oligarcas, agora congelados pelo “Ocidente”, guardavam-nos os oligarcas... no Ocidente! E, sim, a guerra enfraqueceu, forçosamente,

continua na página seguinte

internacional Trump, Macron, Merz, von der Leyen decretam a Economia de Guerra

Continuação da página anterior

a Rússia e provocou uma sangria na sua juventude.

Convém não esquecer: o orçamento russo para a guerra é cerca de 10% do americano, e equivale aproximadamente aos da Grã-Bretanha, França e Alemanha — individualmente, não em conjunto!

É esta a ameaça que justifica o “rearmamento” da Europa!

Quem vai pagar?

A nova dívida e os novos défices vão ter de ser pagos por alguém. Quem?

Os tribunais de contas francês e português (pelo menos este, aconselhado por um homem dos “mercados de capitais”) concluíram há poucas semanas, quase em curioso simultâneo, por haver um défice alarmante da segurança social, que obriga a medidas drásticas. No seu recente discurso ao Congresso dos EUA, Trump fulminou os “abusos” nos pagamentos da segurança social (acusou esta, à sua maneira delirante, de estar a pagar a mais de 130 mil pessoas com mais de 160 anos de idade...).

Por outro lado, os bancos europeus que compram a dívida do Estado alemão já começaram a exigir-lhe juros mais altos: logo que o novo plano foi tornado público, o juro efectivo das obrigações do Tesouro alemãs subiu de imediato 0,2 pontos, ou quase 10%: os trabalhadores que paguem; os capitalistas recebem!

A factura da febre armamentista e da guerra entre capitalistas será apresentada aos trabalhadores de todos os países. O que se prepara é o desmantelamento do que resta do “Estado Social” — nem que seja à custa de destruir as famosas “liberdades”.

Tropas europeias para a Ucrânia

O capital europeu e os governos que o representam regem-se, como os americanos, pela lei única de Trump, a do lucro; e querem o seu quinhão na rapina. Afinal também eles “investiram”, e até mais que os americanos! É claro, melindrar o grande irmão não dá. Macron e o seu homólogo britânico oferecem-se para mandar tropas para a Ucrânia para garantir a manutenção da ordem enquanto os recursos naturais do país são pilhados pelas multinacionais estrangeiras. Com uma reserva,

porém: o exército americano tem de se comprometer a apoiar os heróis europeus se a coisa der para o torto!

Se, nas bolsas de valores, os 800 mil milhões de euros prometidos por Ursula von der Leyen já estão a fazer as delícias dos mercadores de canhões, no terreno, a guerra continua. Morre-se todos os dias dos dois lados da linha da frente, jovens ucranianos e jovens russos sacrificados aos interesses e à ganância dos oligarcas do petróleo, do gás e do armamento, da Europa e da América, da Rússia e da Ucrânia...

Guerra pela liberdade? Todos estes oligarcas, que são quem decide pelo povo ucraniano, gravaram a “liberdade” nos seus estandartes. Nas cabeças deles, porém, a palavra de ordem que conta é outra: o “lucro”! Estão agora a aprender, no entanto, que, se são eles que decidem pelo povo ucraniano, quem decide por eles são os EUA e a NATO/UE.

Nenhum governo capitalista intervém por amor à liberdade. A luta pela liberdade e pela soberania dos povos do mundo só será ganha como parte do combate contra a guerra e a exploração, o combate pela Internacional dos Trabalhadores.

alemanha Coligação governamental para preparar a guerra

Está em formação, à volta de F. Merz — antigo representante para a Alemanha do fundo de investimento americano BlackRock — uma nova coligação governamental entre os partidos burgueses CDU e CSU e o Partido Social Democrata (SPD). O programa de governo é preparar a guerra, agora que o Bundestag (Parlamento) alterou a Constituição para poder aprovar um plano de despesas militares maciço no valor de 1,7 biliões de euros (seis vezes o PIB total de Portugal).

O futuro governo vai, assim, analisar “como apoiar a reconversão e reapetrechamento das fábricas existentes às necessidades da indústria da defesa”. O General Breuer, Chefe do Estado-Maior da Defesa, diz que o seu maior desafio é agora “conseguir rapidamente a prontidão operacional das tropas, e tenho de o fazer com todos os recursos disponíveis no mercado”. Se não houver no mercado europeu, “dada a pressão do tempo, também teremos de comprar aos EUA”. (*Welt am Sonntag*, 12 de Abril). Um plano global de guerra mobilizará o exército, o Estado Federal, os Länder (estados federados), municípios,

bombeiros, serviços técnicos, serviços de socorro, a polícia e a economia. O plano paralelo de investimento na infra-estrutura, muito falado como benefício civil da liberalização do défice, serve para “reapetrechar rapidamente peças centrais da infra-estrutura de transportes para a Polónia e a República Checa”, ou seja, garantir que veículos pesados militares possam deslocar-se para Leste... Ordena-se aos hospitais que adquiram capacidade para tratar 3.000 feridos de guerra por dia. A coligação exige “cooperação das universidades e da investigação com o exército”.

Para financiar esta economia de guerra, a coligação encarregou “comissões”, como a da “reforma do Estado social”, que reexaminará “a eficácia e eficiência das prestações previdenciais”. O futuro governo espera poder apoiar-se na posição da direcção da confederação sindical DGB, que acaba de declarar que o programa da coligação “contém planos razoáveis para relançar a economia e garantir os empregos”! Uma frase-chave do programa anuncia, porém, o destino das migalhas ou travões que os negociadores do SPD se or-



gulham de lá ter posto: “Todas as medidas do acordo de coligação ficam sujeitas a uma reserva de cabimentação orçamental”.

Quanto ao partido *Die Linke* (“A Esquerda”), embora os seus representantes no Bundestag tenham rejeitado os créditos de guerra, os seus representantes nos Länder aprovaram-nos, assim no Mecklemburgo e em Bremen.

Mas os trabalhadores, na Alemanha como em todos os outros países, não querem nem a guerra nem o saque das suas pensões, saúde e serviços públicos para a financiar. Os militantes do SPD que sejam minimamente leais às origens operárias do seu partido que votem contra o acordo de coligação com Merz na consulta interna do seu partido. Mais urgente do que nunca, porém, é forjar um verdadeiro partido operário internacionalista que lute contra o chauvinismo, os ataques aos imigrantes e a guerra.

palestina

Trump e Netanyahu querem eliminar dois milhões de palestinos de Gaza

Em visita ao regime sanguinário do Marechal Sissi, no Egípto, o presidente francês Macron declarou que se opunha à “deslocação de populações e a qualquer anexação de Gaza ou da Cisjordânia”. Seria, disse, “uma violação do direito internacional”.

Pura hipocrisia: para além do apoio de Trump, Netanyahu tem o apoio diplomático, comercial, económico e militar de todos os poderosos e chefes. Os princípios fundamentais do “direito internacional” acabam onde começam os interesses das grandes potências, a começar pelos Estados Unidos e pelo seu satélite israelita.

Veja-se a prova no assassinato deliberado de 15 trabalhadores humanitários palestinos por Israel, a 23 de Março, em Rafah, entretanto vinda a público: “encontrados enterrados, alguns com as mãos atadas e com sinais de ferimentos de bala na cabeça e no peito” (Open Democracy, 4 de Abril).

Esta execução colectiva a sangue frio é mais uma de uma longa lista de crimes impunes cometidos pelo exército israelita. Este visa jornalistas e trabalhadores humanitários para tentar eliminar todas as testemunhas potenciais do genocídio. Ora, o genocídio intensificou-se de novo logo que Israel decidiu violar o cessar-fogo. A entrada de ajuda humanitária está bloqueada há mais de um mês.

Em 3 de Abril, Netanyahu reivindicou de novo o “plano Trump” de deportação, ao declarar com orgulho: “Estamos a retalhar a Faixa de Gaza”. “Quase dois terços do território estão prestes a tornarem-se inacessíveis à população”, noticiava, assim, o jornal *Le Monde* (3 de Abril). Antes do genocídio, Gaza era o território mais densamente povoado do mundo. Hoje, os sobreviventes, privados de alimentos e de água, têm de se amontoar em mosaicos dispersos em 30% do território, reduzido a cinzas pelos bombardeamentos sem fim.

Netanyahu, já acusado por corrupção, tem uma nova motivação: o novo escândalo do “Qatargate”. O Qatar, país conhecido por “regar” a petrodólares dirigentes políticos de todo o mundo, terá financiado o círculo íntimo de Netanyahu.

Para conseguir expulsar os palestinos de Gaza, Israel passou então a apostar abertamente numa guerra civil intra-palestina, procurando utilizar o desespero, o cansaço e os últimos confrontos entre facções políticas. É um risco que alarma muitos militantes, como um deles confidenciou ao jornal dos nossos camaradas franceses *La Tribune des travailleurs*: “Não se pode pôr de parte a influência que a ocupação exerceu, directa ou indirectamente, nos recentes confrontos em Beit Lahia. O objectivo, desde o início da guerra, é criar o caos e a anarquia. Todos os sectores da sociedade palestina têm a responsabilidade de prevenir estes confrontos entre palestinos, que apenas serviriam a ocupação”.

Está em jogo a sobrevivência de 2 milhões de palestinos em Gaza. Todo o democrata tem o dever de exigir o fim imediato dos bombardeamentos e do bloqueio. E a ruptura imediata de todas as relações diplomáticas, económicas e militares com Israel.

Apelo da Federação Geral dos Sindicatos Palestinos (PGFTU) em Gaza às organizações sindicais dos Estados Unidos, nas vésperas do Dia Internacional dos Trabalhadores (excertos)

Nas vésperas do dia internacional dos trabalhadores, jornada de unidade e solidariedade contra a opressão e a exploração, saudamos-vos. (...)

Há mais de dezasseis meses que Gaza é submetida a um ataque brutal, que trouxe a morte a dezenas de milhares de civis inocentes, entre eles milhares de trabalhadores, bem como a destruição sistemática das infra-estruturas, das casas, dos hospitais, das escolas e das fábricas (...)

Há uma perigosa escalada do genocídio. A ocupação prossegue a sua política de manter colectivamente a população à fome, encerrando os pontos de passagem para impedir a entrada de ajuda humanitária, assim expondo o nosso povo ao risco de fome de massa. Enquanto isso, a comunidade internacional permanece impotente, silenciosa e até cúmplice deste crime contra a humanidade. (...)

Caros camaradas, esta guerra não teria sido possível sem o apoio ilimitado dos Estados Unidos à ocupação, fosse por financiamento, pela ajuda militar, pelo apoio político e diplomático, fosse pelos contratos do armamento que matam as nossas crianças, mulheres e idosos. A administração americana de Trump prosseguiu o que a administração anterior tinha começado, tornando-se cúmplice directa do genocídio (...).

Por isso vimos apelar para vós, sindicatos americanos, para que traduzam a vossa solidariedade em acções, mais do que declarações e discursos, para exercerem realmente pressão para acabar com esta guerra suja.

Apelamo-vos hoje para:

1. aumentarem a pressão nos locais de trabalho e instituições para pôr termo ao apoio militar, financeiro e diplomático que a administração americana dá à ocupação (...);
2. aderirem e dilatarem as campanhas de boicote dirigidas contra as empresas israelitas e seus apoiantes, em especial nos sectores do transporte marítimo e da logística. (...);
3. intensificarem a acção sindical nos portos e aeroportos para bloquear os fornecimentos de armas a Israel, seguindo o exemplo do boicote sindical contra o regime do apartheid na África do Sul (...);
4. apoiarem e coordenarem o vosso trabalho com o movimento estudantil nos Estados Unidos, que está a sofrer forte repressão (...);
5. apelarem a greves gerais e à desobediência civil para denunciar a cumplicidade do governo americano com a guerra e responsabilizá-lo pelos crimes da ocupação, como o movimento operário já fez no passado contra as guerras imperialistas;
6. exercerem pressão sobre o Congresso e a administração dos EUA para que estes cessem o fornecimento de armas e a ajuda militar a Israel (...).

Afirmamos que a vossa luta pelos direitos dos trabalhadores nos Estados Unidos é inseparável da nossa luta contra a ocupação e o colonialismo (...). Juntos, podemos quebrar os grilhões da ocupação, pôr termo à opressão e construir um mundo mais justo e mais humano.

Viva a unidade e a solidariedade dos trabalhadores!

Viva a luta dos povos pela liberdade, pela dignidade e pela justiça!

Bashir Al-Sissi,
Secretário-Geral da *Palestinian General Federation of Trade Unions* (Gaza).

guerra na ucrânia

O acordo de pilhagem neocolonial de Washington



Enquanto mantém conversações com Putin, a administração Trump exige que Zelensky assine um acordo para instituir um Fundo de Investimento Estados Unidos-Ucrânia.

Uma jornalista ucraniana escreve que tal acordo é “tóxico para a Ucrânia”, pois obrigá-la-ia a “reembolsar cada cêntimo de ajuda militar e humanitária dos EUA recebido desde a invasão russa em 2022. Washington reclama também o controlo de metade das receitas geradas pela Ucrânia com os seus recursos minerais, incluindo o petróleo e o gás.” Um acordo “por tempo indeterminado: a Ucrânia não poderá nem alterá-lo nem denunciá-lo sem o consentimento dos Estados Unidos. E o que recebe a Ucrânia em troca? Absolutamente nada!” (*The Spectator*, 1 de Abril).

O fundo, gerido por cinco membros, três deles nomeados pelos Estados Uni-

dos, “conferirá a Washington um autêntico direito de veto sobre as decisões-chave em matéria de novas estradas, caminhos-de-ferro, portos, minas, petróleo, gás e minerais essenciais”, escrevem as *Euronews* de 9 de Abril, salientando que o acordo suscita “acusações de exploração e de neocolonialismo”.

O acordo permitirá aos EUA recuperarem a ajuda militar que deram à Ucrânia, num total, segundo o número avançado por Trump, de 350 mil milhões de dólares... o que é três vezes mais do que o valor recenseado pelo seriíssimo Instituto de Kiel, na Alemanha. Cada dólar investido por Washington na guerra desde a invasão russa, renderia, assim, o triplo!

Zelensky declarou que, “para ser uma verdadeira parceria (...), teria de ser 50/50”, não sem concordar desde já em “contribuir com as suas terras e recursos” (*Kiyv Independent*, 11 de Abril). Definiu

assim as suas “linhas vermelhas”: o acordo tem de estar em conformidade com a Constituição, o processo de integração na UE e o direito internacional. Só que, para Trump, o único “direito internacional” que vale é a lei do mais forte.

Continua, entretanto, a mobilização forçada dos trabalhadores e dos jovens ucranianos para a matança. As rusgas dos centros de recrutamento militar são tão violentas, que até o Parlamento se viu obrigado a emitir um tímido protesto, no final de Março, declarando “inaceitável o uso de força física”.

Os trabalhadores e jovens da Ucrânia, tal como os da Rússia, fazem bem em se recusarem a lutar pelos oligarcas de Kiev ou de Moscovo. Depois da invasão de Putin, a chantagem de Trump confirma uma vez mais que esta guerra é, do princípio ao fim, uma guerra de pilhagem imperialista.

Por uma Palestina una, livre, democrática e laica, do rio até ao mar

Para nos falar desta visão de uma Palestina livre e em paz, acolhemos o militante palestino **Naji El-Khatib**, da ODSI - One Democratic State Initiative (Iniciativa por um Estado Uno e Democrático).

Dia 24 de Abril de 2025, às 18h, na Unicepe, Praça de Carlos Alberto 128 A, Porto.

Serão ainda oradores:

- António Garcia Perreira, advogado, (recebeu prémio Nelson Mandela);
- Mário Tomé, capitão de Abril;
- Adriano Zilhão, economista;
- Raquel Varela, historiadora do movimento operário.

Iniciativa apoiada por:

Comité Internacional contra a Guerra e a Exploração plataforma por um Partido dos Trabalhadores

PORTO COM NORTE

A nova ordem: enquanto a economia real vacila, as casas financeiras seguram-se - não às contas de poupança, mas ao negócio algorítmico, o negócio de títulos automatizado por computador. O custo do crédito mal parado vai subindo - 2.700 milhões de dólares para o CitiBank, 1.500 milhões no Bank of America; mas o balanço continua na maior, porque o caos passou a fazer parte do “modelo de negócio”. Os mercados de capitais são, para os bancos, uma espécie de termas - voláteis, mas refrescantemente lucrativos...

(do briefing diário do jornalista alemão Gabor Steingart, 16 de Abril)

BOLETIM O Trabalho

Publicado pela “plataforma por um Partido dos Trabalhadores”
 Página web: <http://ainternacional.pt>
 Responsável: José Júlio Santana Henriques
 e-mail: jose.santanah@gmail.com

Encontro internacional de emergência contra a guerra imperialista global

(Paris, 21-22 Março de 2025)

Abaixo a guerra! Abaixo a exploração!

Ao iniciar-se este ano de 2025, acumulam-se as ameaças de guerra mundial.

O genocídio do povo palestino, os três anos de banho de sangue na Ucrânia, os massacres na República Democrática do Congo, os preparativos de guerra contra a China, etc., têm, todos eles, a aparência de conflitos separados; na realidade, são facetas de uma única e mesma guerra em alastramento.

A marcha para a guerra é consequência de um sistema historicamente condenado, mas que sobrevive: o sistema capitalista. É, na realidade, uma guerra imperialista, uma guerra pelo saque de riquezas e pelo domínio de zonas de influência. Demonstram-no as negociações de Trump e Putin pela partilha dos despojos da Ucrânia.

Em 2023, verteram-se nos orçamentos militares mais de 2,4 biliões (milhões de milhões) de dólares (40% do total só nos Estados Unidos). Continuando as despesas militares a aumentar brutalmente, esta marca será amplamente batida em 2025. Enquanto isso, um em cada dez seres humanos sobrevive, neste nosso planeta, de menos de dois dólares por dia — e milhares de milhões de mulheres e homens afundam-se na pobreza, mesmo nos países avançados.

A guerra, os massacres, fome e epidemias que ela pare, a destruição do ambiente que ela acarreta, poderão infligir um golpe, talvez mortal, à civilização humana. A guerra dá azo, um pouco por todo o lado, à instauração de regimes cada vez mais autoritários, que militarizam a juventude e exigem que as organizações dos trabalhadores — particularmente os sindicatos — renunciem à sua independência em nome da "união nacional" e do "esforço de guerra".

Reunidos em França nos dias 21 e 22 de Março de 2025, em **encontro internacional de emergência contra a guerra imperialista mundial, preparado em 53 países**, nós rejeitamos a marcha para a barbárie, que tem como justificação exclusiva a manutenção do domínio imperialista.

Os povos e os trabalhadores do mundo são contra a guerra. Eles sabem que a guerra equivale ao agravamento da exploração e das políticas dos governos capitalistas que, sob a égide do FMI e da União Europeia, têm saqueado e privatizado os serviços públicos, destruído fábricas, desertificado o campo e dado cabo da cultura. As mulheres trabalhadoras são contra a guerra, pois não aceitam que se usem seres humanos como carne para canhão.

➔ **Rejeitamos** o chauvinismo, o racismo, os ataques aos imigrantes e todas as formas de discriminação, que se subordinam a um e um só objectivo: dividir os trabalhadores, impedi-los de actuar, juntos, contra os exploradores!

➔ **Pronunciamo-nos** pela retirada de todas as tropas de ocupação, da Ucrânia à Palestina, passando pela República Democrática do Congo. Pronunciamo-nos pelo direito dos povos, e só dos povos, a decidirem do seu próprio destino!

➔ **Sustentamos** a necessidade de reafectar os orçamentos militares às necessidades primárias: saúde, habitação, trabalho, educação e cultura.

➔ **Opomo-nos** aos preparativos de guerra contra a China, exclusivamente motivados pelos interesses da Wall Street — sem com isso darmos qualquer apoio político ao governo chinês.

➔ **Reivindicamos** a independência do movimento operário — tanto em tempos de paz como em tempos de guerra — e recusamos qualquer tipo de apoio a governos belicistas em nome dos trabalhadores.

➔ **Condenamos** todas as votações de deputados que falam em nome dos trabalhadores a favor de créditos de guerra ou do envio de tropas, seja sob a égide de Estados, da NATO, da ONU ou de qualquer outra instituição.

➔ **Constituindo-nos em Comité Internacional contra a Guerra e a Exploração**, afirmamos ser do interesse dos povos e da classe trabalhadora de todos os países recusar a guerra. Apelando-vos a juntarem-se a nós, manifestamos a nossa confiança na capacidade dos trabalhadores de se libertarem dos grilhões da exploração e da opressão e de construir um mundo em que a colaboração harmoniosa entre todos tome o lugar da barbárie que a cada dia se avanta.

Governos, temam a revolta dos povos! Abaixo a guerra!

Decidimos dar a conhecer o mais amplamente possível, nos moldes adequados a cada país, o nosso apelo aos trabalhadores e aos jovens de todo o mundo por ocasião do 1º de Maio de 2025.

Preparado em 53 países, realizou-se em 21 e 22 de Março um Encontro Internacional de Emergência Contra a Guerra Imperialista Global. Foi acolhido em França pelo Partido dos Trabalhadores e pelos seus militantes, que se encarregaram de todas as tarefas práticas.

Foi inteiramente auto-financiado pelos delegados, que cobriram a totalidade ou parte das suas despesas, e por uma campanha financeira internacional.

Durante dois dias, os participantes, militantes de todas as correntes do movimento operário, representando as suas organizações, compararam as suas experiências e debateram a sua avaliação da perigosa situação da marcha para a guerra generalizada. Deram testemunho da resistência dos trabalhadores e dos povos nos seus respectivos países.

Entre as conclusões do encontro internacional, conta-se o apelo "Abaixo a guerra! Abaixo a exploração", que pode ser lido na página oposta.

Lista de primeiros subscritores:

Afeganistão. Hanif Maher, Esquerda Radical do Afeganistão (LRA).

Alemanha. Peter Hintermeier, presidente de uma união local da DGB; Andreas Gangl, militante de Die Linke; Claudius Naumann, delegado sindical Ver.di, membro da ISG, secção do CORQI; H.-W. Schuster, militante da ISG, secção do CORQI.

Argélia. Comité d'organisation des socialistes internationalistes; Ramdane Boukerb, militante político.

Austrália. Juan González, organizador da Workers International Discussion.

Azânia/África do Sul. Ashraf Jooma, Comité de Coordenação contra a Guerra (região da SADC, África Austral).

Bangladeche. Mushrefa Mishu, Partido Revolucionário Democrático; Aman Dewanjee, jornalista; Badrudduja Chowdhury, secretário da secção da IVª Internacional.

Bélgica. Anne Vanesse, coordenadora do Cercle des amies et amis de Rosa Luxemburg; Serge Monsieure, presidente do CGSP-Vivaqua; Olga M., militante; Andrea Serrano Ceppi, operária (Bélgica e Argentina); Roberto Giarracco, boletim Unité-Eenheid; Organização Socialista Internacionalista (secção belga do CORQI).

Benim. Innocent Assogba, correspondente no Benim do Comité Operário Internacional.

Brasil. Anisio Garcez Homem, editor, militante operário.

Burkina Faso. Adama Coulibaly, presidente da Alternative patriotique panafricaine APP/Burkindi; Didier Ouedraogo, militante pelos direitos humanos e dos povos (MBDHP).

Burundi. Richard Hatungimana, presidente do Partido dos Trabalhadores e da Democracia (PTD).

Canadá. Paul Nkunzimana, Comité contra a Guerra e a Exploração.

China. Chan Ka Wai, director executivo de Labour Action China.

Egipto. Haby El Masri.

Estado Espanhol. Remedios Martín Rodríguez, Comité pela Unidade contra a Guerra e a Exploração; Carmen Burgos Sanchez, anarco-sindicalista, Comité de Unidade contra a Guerra e a Exploração.

Estados Unidos. Ujima People's Progress Party (Maryland); R. M. Solano, de Socialist Organizer; Mya Shone, Socialist Organizer; E. J. Esperanza, Socialist Organizer; Sara Wasdahl.

Filipinas. Randy Miranda, Partido Manggagawa.

França. Parti des travailleurs.

Grã-Bretanha. Audrey White, sindicalista, Liverpool.

Haiti. Berthony Dupont, Haiti Liberté.

Hungria. Judith Somi, apoiante da IVª Internacional.

Índia. Subhas Naik Jorge, Grupo Spark.

Islândia. Markus Candi, Young socialists of Iceland (YSI); Arnar Mar Þoruson, YSI; Sigurrós Eggertsdóttir, YSI; Siggurdur Erlends Gudbjargarson, YSI; Karl Hedinn Kristjansson, YSI; Marzuk Jugi Lamsiah Svanlaugar, YSI.

Itália. Lillo Fasciana, sindicalista da CGIL; Cristoforo Infuso, militante da Casa 22; Marco Meotto, associação Scuola per la pace; Vasily Lotario; Lorenzo Varaldo, coordenador do jornal Tribuna Libera; Elisabetta Raineri, delegada sindical; Dario Granaglia, operário, delegado da FIOM-CGIL.

Líbano. Khaled Hadadah.

Marrocos. Lamine Y., militante operário; Ali Ben Hadou, sindicalista; Khalid Moussaoui, militante operário.

México. Muriel Ernesto Gomez Alvarado, sindicalista, secção 40 do SNTE - CNTE.

Países Baixos. Nabil, militante operário.

Palestina. Naji El Khatib, coordenador da Iniciativa por um Estado Uno e Democrático (ODSI).

Paquistão. Rubina Jamil, Secretária-Geral da APTUF; Yasir Gulzar, Secretário de Relações Internacionais da APTUF.

Portugal. Adriano Zilhão; José Júlio Henriques; Plataforma por um Partido dos Trabalhadores.

República Democrática do Congo. Sambo M. Frédéric, coordenador do comité pelo Parti démocratique indépendant des travailleurs et des paysans (provincia do Kivu Norte).

Roménia. Constantin Cretan, Federação Nacional do Trabalho (FNM); Vasile Stefanescu, FNM; Vasile Guran, FNM; Ionut Mihai Toarta, FNM; Nicolae Mitidoi, FNM; Constantin Dorin Crestan, FNM.

Rússia. Frente Internacional; Aleksandr Voronkov.

Sri Lanka. Saman Mudunkotuwa.

Síria. Haji Moussa Bassam; Mohamed Al Jirf.

Suíça. Michel Zimmermann, responsável da Tribune ouvrière; Dogan Fennibay, Tribune ouvrière.

Togo. Messan Lawson, secretário nacional do PADET/L'émancipation.

Turquia. Sadi Ozansu; Mehmet Ozgen.

Ucrânia. Viktor Sydorchenko.

Zimbabué. Mafa Kwanisai Mafa, porta-voz de Chimurenga Vanguard e do Comité de Coordenação contra a Guerra (região da SADC, África Austral).

Para subscrever este apelo enviar e-mail para: internationalmeeting2025@gmail.com

Associo-me a este apelo.

Apelido e nome:..... País:.....
A título de (pessoal ou membro de organização):..... Organização:.....
Endereço electrónico:.....